



**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA**  
**Diretoria de Gestão de Mecanismos de Fomento**  
**Coordenação-Geral de Normatização e Orientação**  
**Coordenação de Programas de Capacitação**

**PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM GESTÃO DE PROJETOS E**  
**EMPREENHIMENTOS CRIATIVOS**

**PROJETO BÁSICO**  
**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS**

**1. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO**

O Programa de Capacitação é uma iniciativa da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, do Ministério da Cultura, voltada para a capacitação continuada de agentes culturais do setor privado e gestores públicos atuantes na área cultural e da economia criativa.

Ao longo dos últimos anos, o Ministério da Cultura vem promovendo ações estruturantes na área cultural, com o objetivo de impulsionar o resgate identitário das comunidades, o acesso à cultura em sua diversidade de manifestações e o incentivo à pesquisa e à capacitação continuadas, de forma a consolidar a cultura como objeto de estudo, criar referências para quem trabalha no setor e incentivar gestores e agentes culturais a atuar de forma cada vez mais profissionalizada.

Nesse sentido, a importância da capacitação profissional de agentes culturais foi formalizada pelo Plano Nacional de Cultura (PNC), que colocou como meta o aumento em 100% no número de pessoas qualificadas em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural (meta 18). Além disso, o PNC prevê qualificação voltada para gestores e conselheiros de cultura em todos os estados, cobrindo necessariamente 30% dos municípios do país (meta 36).

A experiência piloto da qual nasceu o Programa de Capacitação em Projetos Culturais foi executada em 2008, pela SEFIC. Formatada em encontros presenciais de dois ou três dias, realizados em todas as capitais das Regiões Nordeste e Norte, beneficiou quase mil agentes culturais das áreas pública e privada. Naquele momento, o Programa foi executado por meio de parcerias firmadas com o Serviço Social de Indústria (SESI), com bancos oficiais de desenvolvimento regional (Banco do Nordeste e Banco da Amazônia), mediante acordo de cooperação, e com os órgãos e entidades estaduais gestores da cultura, por adesão.

Em 2009, firmou-se o contrato nº 59/2009, com a Fundação Getúlio Vargas, a fim de estruturar o Programa em bases mais sólidas, reforçando o caráter contínuo da formação a ser oferecida. Após discussões com o Sesi e os novos parceiros do Programa de Capacitação, o Instituto Itaú

Cultural e a Diretoria de Direitos Intelectuais do MinC, à época ligada à Secretaria de Políticas Culturais (SPC) e hoje ligada à Secretaria Executiva, a SEFIC definiu o formato do Programa:

1ª etapa – *curso de nivelamento a distância* - de livre acesso e destinado a apresentar conceitos básicos do campo da cultura, com o intuito de disseminar conhecimentos fundamentais para a atuação no campo da cultura, preparar e selecionar os participantes para a segunda etapa, além de criar um vínculo mais forte entre os inscritos e o Programa de Capacitação. Contemplou os módulos Conceitos Básicos no Campo da Cultura, Gestão Cultural, Economia da Cultura e Direito Autoral.

2ª etapa – *oficina presencial*, com 80 vagas destinadas aos aprovados e selecionados na 1ª etapa (alcançaram ao menos 70 pontos no curso de nivelamento e atuam na área cultural), realizadas em cidades das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além dos estados de Santa Catarina e Espírito Santo. Consiste em um encontro de três dias, durante os quais é desenvolvida uma dinâmica prática de elaboração de projetos culturais baseada na Metodologia do Quadro Lógico (MQL). No segundo dia era ministrada uma palestra sobre Direitos Autorais.

3ª etapa – *avançada a distância* - formada por módulos avançados a distância, destinados ao aprofundamento de conteúdos nas disciplinas de Projetos Culturais; Política e Gestão Cultural; Direito Autoral; Marketing, Negociação e Apresentação de Projetos; e Economia da Cultura.

4ª etapa – *formação de facilitadores* - oficina presencial específica para os que apresentaram desempenho destacado na terceira etapa, segundo critérios estabelecidos em regulamento próprio, e desejaram tornar-se facilitadores. Os facilitadores são agentes capacitados para atuar como articuladores locais de pessoas, grupos e instituições, com o objetivo de auxiliá-los na formulação de projetos, obtenção de financiamentos, capacitação e estímulo ao empreendedorismo.

As regiões e estados contemplados com as oficinas presenciais da segunda etapa foram escolhidos com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Sistema de Informações do MinC. A partir deles verificou-se que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e, no Sul e Sudeste os estados de Santa Catarina e Espírito Santo apresentavam grandes deficiências em aspectos como estruturação dos órgãos públicos na área da cultura, criação e investimento em fundos e Leis de incentivo culturais, além de menor número de propostas encaminhadas e aprovadas pelo MinC e consequente captação reduzida de recursos. A capacitação foi uma das ações realizadas pelo MinC no intuito de, gradativamente, alterar tal cenário, uma vez que o despreparo dos agentes locais para apresentar projetos bem estruturados e exequíveis foi identificado como um dos fatores que prejudicam os gestores e produtores culturais dessas regiões nos processos de seleção e, posteriormente, na execução e prestação de contas dos seus projetos.

Também foi instituída como diretriz a realização das oficinas da 2ª etapa preferencialmente no interior ou litoral dos estados, no intuito de beneficiar os agentes culturais com menos acesso a ações desse gênero, seja pela carência de formação nas localidades mais distantes dos grandes centros urbanos, seja pela dificuldade de custear as despesas de deslocamento dos agentes culturais dessas cidades. Assim, das 29 oficinas da 2ª etapa realizadas no 1º ciclo de formação, 11 ocorreram fora das capitais, em cidades escolhidas por serem pontos de confluência com outros municípios, dotadas de alguma infraestrutura de hospedagem e recepção de eventos e terem alguma efervescência na área cultural.

## Diagnóstico e Resultados alcançados

O balanço dos resultados do Programa de Capacitação indica que suas metas foram atingidas e o formato adotado foi bem aceito por aqueles que participaram da ação. Inscreveram-se no curso de nivelamento 11.716 pessoas, das quais 4.206 foram aprovadas, estando aptas a participar da oficina presencial. Nestas, foram aprovados 1.874 agentes culturais de todas as regiões do Brasil. A terceira etapa teve 2.662 inscrições em todas as disciplinas, contando 1.764 aprovações, e 132 participantes a concluíram integralmente. Para a quarta etapa, foram convocados 50 participantes, que participaram da formação e foram aprovados.

Todas as etapas foram muito bem avaliadas pelos participantes, que nos formulários de avaliação respondidos a cada fase ressaltaram a importância dos conteúdos em sua formação, a inovação da metodologia, a qualidade do material e competência dos professores, bem como a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos nas atividades profissionais por eles desempenhadas.

A execução do Programa de Capacitação evidenciou a necessidade de compreender as particularidades de determinadas localidades, especialmente as da Região Norte e do interior de modo geral. Buscou-se intensificar nelas a articulação com os órgãos e entidades de cultura locais, no intuito de que atuassem de forma incisiva na mobilização para a participação dos agentes culturais locais. Também se buscou minimizar possíveis dificuldades com o ensino a distância realizando contato telefônico com os alunos, no caso do curso de nivelamento, e solicitando uma ação mais incisiva do suporte técnico da instituição contratada, no caso da etapa avançada.

Em vista dos resultados satisfatórios do Programa, no 2º ciclo de sua execução propõe-se a manutenção das linhas gerais de seu formato. Propomos também a extensão do atendimento a estados não contemplados com as oficinas entre 2009 e 2012 (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul), beneficiando especificamente cidades localizadas em áreas periféricas, no interior ou litoral. O objetivo é atender agentes culturais de localidades que, mesmo situadas em estados cujas capitais concentram elevado número de ações de capacitação públicas e privadas, pela distância ou condição econômica também têm dificuldade de acessá-las.

Por conta da parceria firmada com a Secretaria de Economia Criativa (SEC), pretende-se ampliar o conteúdo programático do curso com temáticas relacionadas à economia criativa, com foco na gestão de empreendimentos criativos. Além disso, o atendimento foi estendido a estados contemplados com os Criativas Birôs, escritórios públicos de apoio e suporte técnico a profissionais que atuam nos setores criativos, por meio de serviços de informação, formação livre e consultoria técnica na área da gestão de projetos e empreendimentos. Atualmente existem 13 escritórios em fase de instalação pelo MinC juntamente com os governos estaduais e demais parceiros locais.

Para a execução dos serviços referentes ao 2º ciclo de realização do Programa de Capacitação, optou-se por realizar uma chamada pública, objetivando ampliar a participação de instituições de ensino que detém *expertise* acumulada no desenvolvimento de conteúdos, afeita às linhas temáticas do curso e capacidade logística para realização dos módulos no formato adotado

(combinação entre as modalidades à distância e presencial).

Esse tipo de serviço é desenvolvido por instituições de ensino e, neste caso, prioriza-se contratar organizações nacionais sem fins lucrativos com inquestionável reputação ético-profissional. Estes fatos levam ao enquadramento jurídico da contratação no inciso XIII, do Artigo 24, da Lei 8.666/93, como uma contratação direta por dispensa de licitação. Conforme o dispositivo mencionado, é dispensável a licitação quando da contratação de instituição brasileira incumbida, regimental ou estatutariamente, da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos, como é o caso de algumas instituições que atuam no mercado, prestando serviços a diversos órgãos públicos.

## **2. OBJETO E ESCOPO**

O presente Projeto Básico detalha elementos para contratação de prestação de serviços técnicos especializados na modalidade de ensino à distância e presencial para capacitação de agentes culturais, entre gestores públicos e privados, produtores, artistas e outros interessados na área. O escopo do curso será a formação empreendedora do profissional da cultura, voltada para o conhecimento das políticas culturais desenvolvidas pelos órgãos públicos e privados de cultura, a elaboração e gerenciamento de projetos, gestão de carreiras e formatos de negócios do campo cultural, além da gestão de redes, coletivos e equipamentos culturais.

Os produtos a serem entregues são:

- Cursos online relativos à primeira e segunda etapas do Programa, cuja plataforma permita a inscrição de, no mínimo, 5000 participantes;
- 19 oficinas práticas presenciais realizadas nas cidades-polo que atendam, no mínimo, a 1300 pessoas;
- 4 oficinas presenciais de formação de facilitadores, realizadas em Brasília que atendam, no mínimo, a 200 pessoas.
- relatórios de avaliação da execução de cada um dos produtos entregues, assim como dos impactos do Programa de Capacitação.

## **3. ESTRUTURA DO CURSO**

O 2º ciclo de execução do Programa de Capacitação em Projetos Culturais seguirá a estrutura já adotada: o participante cursará as quatro etapas de acordo com seu interesse (introdução, fase avançada a distância, oficina prática presencial de elaboração de planos de negócio e projetos culturais, formação de facilitadores), sendo cada uma, a partir da 2ª etapa, condicionada à aprovação na anterior e ao local de residência e atuação do interessado, com prioridade para os residentes na cidade de realização da oficina, ou em cidades próximas, para as etapas presenciais.

No intuito de alcançar de forma prioritária os agentes culturais oriundos do município onde ocorrerá a oficina presencial, ou de municípios próximos, tal qual foi feito no 1º ciclo de formação, será firmada parceria com os órgãos e entidades de cultura locais, para que auxiliem na mobilização do público-alvo do Programa. As cidades cujo atendimento será priorizado, bem como o critério de escolha, serão detalhados no item 7. Segue abaixo o detalhamento do curso:

Formação a Distância - 1ª e 2ª Etapas	
Público-alvo	Gestores públicos e agentes da iniciativa privada atuantes na área cultural
Objetivo	Oferecer conteúdo basilar que inclui os principais conceitos do campo da cultura, diretrizes e mecanismos de gestão que norteiam as políticas culturais no âmbito público e privado com a finalidade de qualificar os profissionais que atuam no setor da gestão de projetos culturais e empreendimentos criativos.
Formato	<p>1ª Etapa: Curso preliminar a distância, preparatório para as etapas seguintes, com a oferta de conteúdos basilares no campo da cultura e destinado também à seleção para a formação avançada a distância..</p> <p>2ª Etapa: Curso a distância em duas fases, uma sem tutoria e outra com tutoria, que deverá englobar os módulos “Gestão de Empreendimentos Criativos” e “Elaboração e gestão de projetos culturais”. A fase sem tutoria é destinada a todos os aprovados na primeira etapa; a tutorada beneficiará apenas os aprovados na fase sem tutoria da etapa avançada, priorizando aqueles oriundos das localidades a serem atendidas a partir da terceira etapa deste novo ciclo do Programa.</p> <p>O participante terá direito a um certificado para cada uma das etapas da formação a distância, desde que as cumpra com êxito (mínimo de 70 pontos para a aprovação em cada uma e, no caso da fase tutorada, aprovação das tarefas apresentadas).</p>
Carga horária	<p>1ª Etapa: mínimo de 40 horas.</p> <p>2ª Etapa: Mínimo de 80 horas.</p>
Formação Presencial – 3ª Etapa	
Público-alvo	Específica para aqueles que já foram aprovados na 1ª e 2ª etapas.
Objetivo	Promover a capacitação continuada dos agentes culturais que participaram da primeira e segunda etapas e desejarem aprofundar os conteúdos trabalhados. Deverá priorizar os residentes e atuantes na região do município onde acontece o encontro presencial, e dos que têm atuação profissional no campo da cultura.
Formato	<p>Encontros presenciais, destinados aos aprovados na 1ª e 2ª etapas, para o desenvolvimento da “modelagem de projetos culturais e planos de negócio de empreendimentos criativos” (oficina prática), para um quantitativo de até 90 pessoas.</p> <p>Os participantes terão direito a certificado de aprovação na etapa desde que a cumpra com êxito e tenha frequência mínima de 28 horas ao curso.</p>
Carga horária	Mínimo de 32 horas (4 dias).
Formação Continuada (facilitadores) - 4ª Etapa	
Público-alvo	Gestores e agentes culturais aprovados em todas as etapas anteriores, que manifestarem interesse em atuar como facilitadores em sua localidade de origem

	e tenham potencial para tal.
Objetivo	Promover a capacitação continuada de agentes culturais e gestores públicos, para atuar como agentes facilitadores, entendidos como articuladores locais de pessoas, grupos e instituições com vistas à formulação de projetos, obtenção de financiamentos, capacitação e estímulo ao empreendedorismo.
Formato	Encontro presencial em Brasília, composto por palestras dialogadas voltadas para a transmissão e exercício de técnicas didáticas e metodológicas voltadas para a replicação dos conteúdos adquiridos pelos participantes durante a formação, e prática orientada de condução de oficina ou palestra a respeito de formulação e gestão de projetos culturais ou de apresentação de propostas de ações de apoio ao empreendedorismo criativo local.  Os participantes que concluírem esta etapa com êxito receberão certificado de acordo com as regras estabelecidas no regulamento.
Carga horária	Mínimo de 24 horas, distribuída por três dias.

#### 4. CONTEÚDO DO CURSO

##### 1ª etapa: Curso Preparatório a Distância

Conceitos básicos do campo da cultura; políticas públicas de cultura (conceitos e bases do Sistema Nacional de Cultura e Plano Nacional de Cultura); Economia Criativa; Direito Autoral; linhas de fomento e fontes de financiamento (ênfase nos conceitos relativos aos mecanismos de fomento e instrumentos de repasse de recursos do Ministério da Cultura).

##### 2ª etapa: Módulos Avançados a Distância

**Gestão de empreendimentos criativos:** noções de empreendedorismo e empreendimento criativo; tipos de empreendimentos criativos formais e informais; associativismo e cooperativismo e outras práticas colaborativas; novos modelos de negócio e financiamentos colaborativos, planejamento estratégico e elaboração de plano de negócios (sob orientação).

**Elaboração e gestão de projetos culturais:** elaboração de projetos culturais (sob orientação); elaboração de orçamento e prestações de contas; direitos autorais; gestão administrativa, financeira e de logística para projetos; marketing, negociação e apresentação de projetos; sistemas de repasse de recursos federais: Sistema de Apoio às Leis de Incentivo (SalicWeb) e Sistema de Convênios do Governo Federal (Siconv).

3ª etapa: oficina prática sobre elaboração de planejamento estratégico e plano de negócios de empreendimentos criativos e elaboração e gestão de projetos culturais.

4ª etapa: Dinâmica Construção de Redes; Planejamento e Condução de Apresentações; Planejamento e Prática de Oficina de Projetos.

Esta lista está sujeita à inserção de outros conteúdos, e seu remanejamento entre as etapas, caso considerado pertinente pela Coordenação do Programa de Capacitação/MinC, em conjunto com a Coordenação Pedagógica da instituição contratada.

## CONTEÚDOS ESSENCIAIS

<b>O CAMPO DA CULTURA</b>
<p><b>Objetivos:</b></p> <p>I- Introduzir os principais conceitos que permearão o curso;</p> <p>II- Apresentar o campo organizacional da cultura, identificando as principais categorias de atores e sua atuação no campo;</p> <p>III- Identificar as principais motivações do Estado e das organizações privadas na construção de políticas culturais e suas efetivações.</p>
<p><b>Descritivo dos conteúdos:</b></p> <p>a) Conceitos de cultura, identidade, diversidade e patrimônio;</p> <p>b) Principais atores e sua atuação no campo;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• criadores/artistas: quem são e como atuam</li> <li>• instituições culturais: <ul style="list-style-type: none"> <li>- tipos de organizações culturais e formas de Administração</li> <li>- as políticas culturais do terceiro setor</li> <li>- intermediários culturais</li> <li>- o papel dos produtores, administradores, curadores etc</li> </ul> </li> <li>• Estado <ul style="list-style-type: none"> <li>- o papel do Estado no campo</li> <li>- as políticas culturais públicas e os principais instrumentos dessas políticas</li> <li>- o Plano Nacional de Cultura (PNC) e o Sistema Nacional de Cultura (SNC)</li> </ul> </li> <li>• comunidade empresarial <ul style="list-style-type: none"> <li>- as políticas culturais privadas</li> <li>- as empresas como financiadoras da cultura</li> </ul> </li> </ul>
<b>ECONOMIA CRIATIVA</b>
<p><b>Objetivos:</b></p> <p>I– Oferecer ao participante uma ampla visão dos conceitos que norteiam a economia criativa no Brasil e no mundo, o escopo dos setores criativos e as políticas públicas para a economia criativa brasileira;</p>
<p><b>Descritivo dos conteúdos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Histórico da Economia criativa no mundo e no Brasil</li> <li>- Políticas públicas para a economia criativa brasileira: marco institucional, base conceitual, princípios norteadores (diversidade cultural, inclusão social, inovação e sustentabilidade)</li> <li>- O escopo dos setores da economia criativa e suas cadeias produtivas</li> <li>- O mercado criativo: da indústria aos micros empreendimentos</li> <li>- A Economia Criativa como vetor de desenvolvimento local: territórios criativos (cidades criativas, APLs e pólos criativos).</li> </ul>
<b>GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS CRIATIVOS</b>
<p><b>Objetivos:</b></p> <p>I – Estimular a atitude empreendedora de profissionais que atuam nos setores criativos;</p>

II – Capacitar os profissionais e empreendedores para o desenvolvimento de competências em gestão com a finalidade de contribuir com a sustentabilidade de seus empreendimentos.
<b>Descritivo de conteúdos:</b> - noções sobre empreendedorismo e empreendimento criativo; - os tipos de empreendimentos criativos (formais e informais); - O associativismo e cooperativismo e outras práticas colaborativas - Novos modelos de negócios (novos conceitos e cases de sucesso) - Financiamento colaborativo para empreendimentos criativos (crowdfunding, moedas criativas etc) - Conceitos e técnicas para elaboração de planejamento estratégico e elaboração de plano de negócios (sob orientação).
<b>LINHAS DE FOMENTO E FONTES DE FINANCIAMENTO</b>
Linhas de Fomento financeiro (público) Editais públicos (apoio, prêmios, concessão de bolsas, etc.) Fundos e Leis de incentivo (federal, estadual e municipal) Linhas de crédito para o setor cultural (bancos oficiais) Programa Nacional de Incentivo à Cultura (PRONAC) – Lei Rouanet (lei 8.313) <ul style="list-style-type: none"> <li>Fundo Nacional de Cultura (FNC)</li> <li>Incentivo Fiscal</li> </ul> Sistemas SalicWeb e Siconv
<b>ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS CULTURAIS</b>
<b>Objetivos:</b> I- capacitar o participante para atuar como gestor de organizações e projetos culturais, por meio do conhecimento de técnicas e procedimentos metodológicos da produção, além do contato com o ambiente e a prática das organizações culturais.
<b>Descritivo dos conteúdos:</b> - conceitos de produto e projeto cultural - o perfil e os atributos de qualificação do gestor cultural; - as organizações culturais (estatais, privadas com e sem fins lucrativos) - gestão e desenvolvimento de recursos humanos no setor cultural (gestor e técnico) - contratos e autorizações (direitos autorais, licitações para órgãos públicos) - relações interinstitucionais - construção de indicadores, dados e informações culturais - planejamento estratégico - gestão de projetos: elaboração, formatação, comercialização de um projeto cultural; comunicação/difusão; execução e acompanhamento; pós produção (cálculo de retorno financeiro para o patrocinador, cálculo de retorno de mídia), prestação de contas (atenção especial para aquelas exigidas pelos mecanismos de financiamento federais, sem deixar de lado as prestações de contas devidas aos patrocinadores).
<b>DIREITOS AUTORAIS</b>
<b>Objetivos:</b> I- possibilitar ao autor a identificação das ferramentas necessárias para a gestão de seus direitos de criador; II- capacitar o produtor, gestor ou artista para a adequada observância da legislação de direitos autorais;

III- Discutir a relação entre Direito Autoral e Acesso aos bens culturais.
<b>Descritivo dos conteúdos:</b> Propriedade intelectual; história do direito autoral; direito patrimonial; direito moral; limitações; domínio público; direitos culturais: direito autoral, diversidade cultural e cidadania; direito autoral e novas tecnologias; contratos; licenças; gestão coletiva de direitos; experiências em novos modelos de negócios.
<b>PATRIMÔNIO</b>
<b>Objetivos:</b> I- apresentar aos participantes os marcos conceituais e legais relativos ao patrimônio cultural
<b>Descritivo dos conteúdos:</b> - patrimônio material (identificação, regulação, preservação) - patrimônio imaterial (conceito, identificação, regulação, preservação) - patrimônio ambiental (incorporação das questões dos povos tradicionais e das florestas) - administração de acervos e arquivos
<b>A TRANSVERSALIDADE DA CULTURA</b>
<b>Objetivos:</b> I- oferecer aos participantes ampla visão sobre os marcos da cultura como campo específico de atuação II- oferecer aos participantes ampla visão sobre a relação da cultura com outros campos de atuação
<b>Descritivo dos conteúdos:</b> Relações entre a cultura e educação, cultura e turismo; diversidade cultural, cultura e meio ambiente, cultura e cidade, política social e cultura (infância, juventude, terceira idade, promoção da igualdade de gênero, raça e orientação sexual); documentos e marcos da cultura em âmbito nacional e internacional (UNESCO, MinC)
<b>CONTEÚDO PARA FACILITADORES</b>
<b>Objetivos:</b> I- apresentar aos facilitadores ferramentas técnicas, pedagógicas e metodológicas para transmitir a outros agentes culturais os conteúdos trabalhados no Programa de Capacitação
<b>Descritivo dos conteúdos:</b> - conteúdos técnicos, pedagógicos e metodológicos.

## 5. SERVIÇOS

### 5.1 Coordenação pedagógica do Programa:

5.1.1 Identificação das diretrizes, conteúdos e respectivas metodologias a serem aplicados em todas as etapas do Programa;

5.1.2 Elaboração de proposta contendo a atualização e estruturação dos módulos para todas as etapas do Programa, a partir dos conteúdos identificados, com as respectivas cargas horárias e o tempo previsto para cada atividade;

5.1.3 Elaboração de proposta contendo o planejamento de espaço virtual no qual deverão estar previstas a plataforma para a 1ª e 2ª etapas (curso preparatório e fase avançada a distância);

5.1.4 Elaboração de proposta de metodologia de avaliação dos participantes, para cada uma das etapas do Programa;

- 5.1.5 Proposição e condução das reuniões de avaliação do Programa;
- 5.1.6 Monitoramento permanente de todas as atividades realizadas no âmbito do Programa e do desenvolvimento metodológico deste, bem como dos profissionais envolvidos na sua execução;
- 5.1.7 Proposição de soluções e ajustes em face de quaisquer dificuldades ou problemas que comprometam a execução dos serviços conforme o pactuado.
- 5.1.8 Elaboração de proposta para o formato dos relatórios com previsão de análise qualitativa e quantitativa das informações e dados gerados a partir da execução dos produtos previstos no âmbito da contratação, conforme a especificidade de cada etapa e as necessidades de informações indicadas pela Coordenação do Programa;
- 5.1.9 Sistematização dos dados solicitados pela Coordenação do Programa/MinC, de modo que atendam às necessidades de monitoramento e avaliação da ação pelo MinC e pelos parceiros institucionais;
- 5.1.10 Formulação das diretrizes gerais e metodologia para o monitoramento dos impactos do Programa, mediante a elaboração de indicadores de desempenho e de impacto e de questionários de avaliação específicos para cada etapa, conforme as necessidades apontadas pela Coordenação do Programa/MinC.
- 5.1.11 Elaboração de proposta para a realização de uma oficina de alinhamento para os professores que atuarão nos encontros presenciais, com o objetivo de uniformizar a metodologia e o conteúdo e garantir a homogeneidade entre todas as oficinas.

## **5.2 Coordenação executiva:**

- 5.2.1 Coordenação de todas as atividades desenvolvidas no âmbito do Programa, a partir das diretrizes estabelecidas pelo Coordenador Pedagógico;
- 5.2.2 Coordenação e supervisão da(s) equipe(s) de profissionais designados pela CONTRATADA para cada uma das etapas do Programa;
- 5.2.3 Representação da CONTRATADA perante o MinC, exercendo as funções de preposto daquela.
- 5.2.4 Representação da CONTRATADA nos encontros presenciais e indicação de segundo preposto, com os mesmos poderes e atribuições, para representar a CONTRATADA nos encontros presenciais em que não estiver presente por conta da simultaneidade das oficinas ou em outros momentos em que sua presença não for possível.
- 5.2.5 Fornecimento, ao Coordenador Pedagógico, dos subsídios necessários para a execução dos serviços mencionados nos subitens 5.1.2, 5.1.3, 5.1.4, 5.1.7, 5.1.8, 5.1.9, 5.1.10 e 5.1.11.
- 5.2.6 Condução das reuniões de avaliação do Programa, na ausência do Coordenador Pedagógico;
- 5.2.7 Redação e envio dos relatórios, devidamente revisados, de cada produto do Programa de Capacitação, conforme o formato e especificações definidos pelo Coordenador Pedagógico em conjunto com a Coordenação do Programa/MinC;
- 5.2.8 Disponibilização, em CD e envio eletrônico, quando solicitado, dos dados primários geradores dos relatórios;
- 5.2.9 Elaboração e revisão de dados solicitados pela Coordenação do Programa/MinC, para atender às necessidades de monitoramento e avaliação da ação pelo MinC e pelos parceiros institucionais. Deverá abarcar, no mínimo, os seguintes dados:
  - a) Informações quanto ao perfil do aluno, registradas no ato da inscrição, e atualizadas ao longo da execução do Programa (deve apresentar o histórico de atualizações efetuadas pelo

aluno);

b) Histórico das atividades realizadas pelo aluno no âmbito do Programa (incluindo a possibilidade de verificação sobre a passagem do participante por todos os conteúdos) e de seu desempenho em cada etapa;

c) Recursos para a filtragem de alunos, conforme necessidades apontadas pela Coordenação do Programa/MinC

d) Respostas aos questionários de avaliação preenchidos ao longo da execução do Programa.

5.2.10 Customização e supervisão da inserção no sistema dos questionários de avaliação de desempenho e de impacto elaborados pela Coordenação Pedagógica do Programa e pela Coordenação do Programa/MinC, em ambiente online adequado.

5.2.11 Supervisão do envio dos questionários de avaliação aos alunos.

5.2.12 Disponibilização, para a Coordenação do Programa de Capacitação/MinC, de todas as informações cadastrais fornecidas pelos alunos, assim como aquelas relativas ao seu desempenho em todas as etapas do curso e as obtidas a partir dos questionários de avaliação.

5.2.13 Gerenciamento e monitoramento permanente das atividades desenvolvidas e das demandas apresentadas pelos alunos ao longo da aplicação dos cursos, as quais deverão ser regularmente comunicadas à Coordenação do Programa/MinC, para subsidiar as avaliações de desempenho do Programa;

5.2.14 Supervisão do gerenciamento de suporte técnico para atendimento aos alunos e registro das demandas, no formato online e por contato telefônico, que deverão ser respondidas no prazo máximo de 48 horas;

5.2.15 Organização da oficina de alinhamento para os professores que atuarão nos encontros presenciais, com a previsão da participação da Coordenação do Programa/MinC e seus parceiros.

### **5.3. Material Didático**

5.3.1 Elaboração do material didático devidamente revisado, a ser disponibilizado em cada etapa dentro do formato adequado a cada modalidade (à distância e presencial), conforme as seguintes orientações:

a) no caso do material a ser disponibilizado para os encontros presenciais, devem ser previstos, no mínimo, uma apresentação de slides em formato PPT, para a projeção do conteúdo aos alunos, uma apostila revisada para o acompanhamento das atividades a serem desenvolvidas, um material para redação da atividade final e um livro destinado ao aprofundamento das técnicas de modelagem e gestão de projetos culturais e elaboração de planos de negócios para empreendimentos criativos, no caso da terceira etapa; para a formação avançada de facilitadores, deverá ser distribuído livro destinado ao aprofundamento das técnicas de ensino abordadas no curso.

b) Elaboração, revisão, editoração, impressão e envio do material ao local de realização dos encontros presenciais;

c) no caso das etapas à distância, o conteúdo, devidamente revisado, deverá ser customizado de forma didática e adequada para leitura em tela, e disponibilizado em formato PDF, para atender àqueles que desejarem imprimir o material.

d) atualização do conteúdo dos cursos online e do material didático em caso de publicação de novas resoluções ou da mudança das diretrizes institucionais que impliquem em alterações significativas no conteúdo ministrado.

5.3.2 Indicação, em cada etapa do Programa, de textos, vídeos e bibliografia de referência, para aprofundamento dos temas abordados;

Parágrafo único – Cada material disponibilizado deverá obrigatoriamente ser submetido à validação da Coordenação do Programa antes da aplicação, devendo a CONTRATADA efetuar os ajustes solicitados.

5.3.3 A elaboração do material didático de todas as etapas, quando for o caso, deverá ser orientada por material indicado pela Coordenação do Programa/MinC, especialmente no que toca às políticas e sistemas do Ministério da Cultura.

5.3.4 Produção do kit de apoio para os encontros presenciais: bloco de anotações, caneta e pasta.

## **5.4 Professores/Tutores**

5.4.1 Disponibilização de profissionais especializados nos conteúdos a serem desenvolvidos e com treinamento didático adequado para conduzir a dinâmica prática e ministrar a palestra dialogada nos encontros presenciais

5.4.2 Disponibilização de tutores especializados nos conteúdos a serem desenvolvidos na fase tutorada dos cursos da segunda etapa e com experiência ou formação adequada para o ensino à distância.

## **5.5. Divulgação e Inscrição**

5.5.1 Desenvolvimento de sistemática de divulgação de cada etapa do Programa, bem como de inscrição em cada uma delas;

5.5.2 Desenvolvimento de sistemática de comunicação permanente com os alunos do Programa, a ser definida em conjunto a Coordenação do Programa/MinC.

## **5.6. Organização dos encontros presenciais**

5.6.1 Organização e produção dos encontros presenciais da terceira etapa, a saber: contratação e planejamento de logística, credenciamento, equipamentos multimídia e dois *coffee-breaks* por dia de oficina, assim como o material a ser utilizado durante a ministração dos conteúdos da incumbência da CONTRATADA.

5.6.2 Organização de dois *coffee-breaks* por dia de atividade durante os encontros de formação de facilitadores.

## **6. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

Para efeito da prestação dos serviços discriminados no item 5, a instituição contratada deverá dispor de profissionais com as seguintes qualificações:

Coordenador Pedagógico

**Formação mínima exigida:**

- Mestrado em área enquadrada dentro de uma das seguintes grandes áreas de conhecimento (conforme tabela adotada pelo CNPq): Ciências Humanas/Ciências Sociais Aplicadas/Linguística, Letras e Artes;
- experiência de no mínimo 2 (dois) anos em coordenação e docência em cursos no campo da Gestão Cultural;
- experiência de no mínimo 2 (dois) anos em Gestão Cultural, ou em consultoria no campo da Gestão Cultural;
- experiência em docência em curso de educação à distância, com conhecimento na utilização de ferramentas de interatividade na internet, tais como blogs, chats, fóruns virtuais etc.

#### Coordenador-executivo

##### **Formação mínima exigida:**

- Formação mínima exigida – especialização lato sensu (carga horária mínima de 360 h) em área enquadrada dentro de uma das seguintes grandes áreas de conhecimento (conforme tabela adotada pelo CNPq): Ciências Humanas/Ciências Sociais Aplicadas/Linguística, Letras e Artes;
- experiência de no mínimo 1 (um) ano em coordenação e docência em curso em área enquadrada dentro de uma das seguintes grandes áreas de conhecimento (conforme tabela adotada pelo CNPq): Ciências Humanas/Ciências Sociais Aplicadas/Linguística, Letras e Artes;

##### **Desejável:**

- experiência em docência ou em atividades relacionadas à concepção/elaboração/acompanhamento/avaliação de projetos culturais;
- experiência em docência em curso de educação à distância, com conhecimento na utilização de ferramentas de interatividade na internet, tais como blogs, chats, fóruns virtuais etc.

#### Docentes das oficinas presenciais

##### **Formação mínima exigida:**

- Formação mínima exigida: especialização lato sensu (carga horária mínima de 360 h) em área enquadrada dentro de uma das seguintes grandes áreas de conhecimento (conforme tabela adotada pelo CNPq): Ciências Humanas/Ciências Sociais Aplicadas/Linguística, Letras e Artes;
- experiência em docência em curso em área enquadrada dentro de uma das seguintes grandes áreas de conhecimento (conforme tabela adotada pelo CNPq): Ciências Humanas/Ciências Sociais Aplicadas/Linguística, Letras e Artes;

##### **Desejável:**

- experiência em docência ou em atividades relacionadas à concepção/elaboração/acompanhamento/avaliação de projetos culturais.

- experiência em docência ou em atividades relacionadas a desenvolvimento de planejamento estratégico e concepção/elaboração de planos de negócios.
- experiência ou conhecimento na área de Economia Criativa/ Gestão de Empreendimentos Criativos.

#### Conteudistas:

##### **Formação mínima exigida:**

- Formação mínima exigida: especialização lato sensu (carga horária mínima de 360 h) em área enquadrada dentro de uma das seguintes grandes áreas de conhecimento (conforme tabela adotada pelo CNPq): Ciências Humanas/Ciências Sociais Aplicadas/Linguística, Letras e Artes;
- experiência em docência em curso em área enquadrada dentro de uma das seguintes grandes áreas de conhecimento (conforme tabela adotada pelo CNPq): Ciências Humanas/Ciências Sociais Aplicadas/Linguística, Letras e Artes;
- experiência em docência em curso de educação à distância, com conhecimento na utilização de ferramentas de interatividade na internet, tais como blogs, chats, fóruns virtuais etc.

##### **Desejável:**

- experiência em docência ou em atividades relacionadas à concepção/elaboração/acompanhamento/avaliação de projetos culturais
- experiência em docência ou em atividades relacionadas a temática da economia criativa e desenvolvimento de planejamento estratégico e concepção/elaboração de planos de negócios.

#### Professores Especialistas/Conteudistas

##### **Formação mínima exigida:**

- Formação mínima exigida: especialização lato sensu (carga horária mínima de 360 h) em área enquadrada dentro de uma das seguintes grandes áreas de conhecimento (conforme tabela adotada pelo CNPq): Ciências Humanas/Ciências Sociais Aplicadas/Linguística, Letras e Artes;
- experiência em docência em curso em área enquadrada dentro de uma das seguintes grandes áreas de conhecimento (conforme tabela adotada pelo CNPq): Ciências Humanas/Ciências Sociais Aplicadas/Linguística, Letras e Artes;
- experiência em docência em curso de educação à distância, com conhecimento na utilização de ferramentas de interatividade na internet, tais como blogs, chats, fóruns virtuais etc.
- experiência em redação de material didático para cursos, como apostilas, livros etc.

##### **Desejável:**

- experiência em docência ou em atividades relacionadas à concepção/elaboração/acompanhamento/avaliação de projetos culturais.
- experiência em docência ou em atividades relacionadas a temática da economia criativa e desenvolvimento de planejamento estratégico e concepção/elaboração de planos de negócios.

#### Tutores do espaço virtual

#### **Formação mínima exigida:**

- Formação mínima exigida: especialização lato sensu (carga horária mínima de 360 h) em área enquadrada dentro de uma das seguintes grandes áreas de conhecimento (conforme tabela adotada pelo CNPq): Ciências Humanas/Ciências Sociais Aplicadas/Linguística, Letras e Artes;
- experiência em docência em curso em área enquadrada dentro de uma das seguintes grandes áreas de conhecimento (conforme tabela adotada pelo CNPq): Ciências Humanas/Ciências Sociais Aplicadas/Linguística, Letras e Artes;
- experiência em docência em curso de educação à distância, com conhecimento na utilização de ferramentas de interatividade na internet, tais como blogs, chats, fóruns virtuais etc.

#### **Desejável:**

- Experiência em docência ou em atividades relacionadas à concepção/elaboração/acompanhamento/avaliação de projetos culturais.
- experiência em docência ou em atividades relacionadas a temática da economia criativa e desenvolvimento de planejamento estratégico e concepção/elaboração de planos de negócios.

## **7. CRONOGRAMA DAS OFICINAS PRESENCIAIS**

Os encontros presenciais da terceira etapa serão realizados nas capitais dos seguintes estados: Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Goiás, Pará, Bahia, Ceará, Acre e Distrito Federal, além da Região Metropolitana das capitais de São Paulo e Rio de Janeiro e no interior dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, totalizando 19 oficinas presenciais da 3ª etapa

O Programa de Capacitação é uma ação estratégica do Ministério da Cultura, pois objetiva municiar agentes culturais de todo o país com as ferramentas técnicas necessárias para a boa gestão de seus projetos culturais e empreendimentos criativos, aumentando muito as chances de êxito na sua execução. Dessa forma, contribui para que o setor cultural se qualifique e adquira cada vez mais experiência. Por esses motivos, é necessário que o segundo ciclo do Programa de Capacitação identifique medidas que reduzam as fragilidades percebidas no seu primeiro ciclo.

Conforme mencionado no item 1 do presente documento, no ciclo do Programa realizado no período de 2009 a 2012, uma das diretrizes adotadas foi a de interiorizar as oficinas presenciais. As cidades de interior a serem atendidas foram selecionadas com base em levantamento feito junto às representações regionais do MinC, que estão mais próximas das realidades locais e têm atuação direta junto aos órgãos e entidades de cultura locais.

No entanto, verificou-se que em algumas dessas localidades do interior ou não foi alcançado o quórum para a realização da oficina, ou o número de pessoas oriundas da capital foi muito elevado. Assim, como forma de buscar garantir que as cidades do interior que serão atendidas neste 2º ciclo de formação de fato apresentem demanda que justifique a realização da oficina, elas serão escolhidas no decorrer do processo de execução.

Assim, com o intuito de potencializar o alcance das oficinas destinadas ao interior, garantindo que terão público adequado, além do uso transparente e efetivo dos recursos públicos empregados, optou-se por determinar as cidades em que serão realizadas as 10 oficinas previstas para o interior, assim como aquelas previstas para as regiões metropolitanas, em momento posterior, a partir da demanda gerada nas inscrições e aprovações na primeira e segunda etapas dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Dessa forma, a Coordenação do Programa/MinC definirá mais duas cidades interioranas que receberão oficinas presenciais em cada um deles (no caso dos dois últimos, uma delas será na região metropolitana).

Além da demanda, também será considerada, como critério de escolha, a infraestrutura da cidade, pois é fundamental que esta possua espaços adequados para a realização da dinâmica e estrutura hoteleira compatível com a recepção do evento. Se porventura for identificado que há uma demanda considerável para uma determinada cidade, mas esta não possui condições adequadas, a opção será para outra localidade que gerou demanda, ainda que um pouco menor, mas possua estrutura.

Assim, num primeiro momento, serão contratadas somente 9 oficinas presenciais da terceira etapa, a serem realizadas nas capitais dos estados de Minas Gerais, Pará, Acre, Ceará, Pernambuco, Bahia, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal. Para fins de construção desta proposta, a instituição interessada deve orçar tão somente a realização das primeiras 8 oficinas e a última, que ocorrerá em Brasília (DF); as demais serão orçadas e executadas conforme contrato posterior, que deverá replicar, no que couber, as condições acordadas para as primeiras oficinas realizadas

Cronograma de atendimento:

Encontro presencial (2014)	Localidade
23-26/7/2014	Belém (PA) e Salvador (BA)
6-9/8/2014	Fortaleza (CE) e Rio Branco (AC)
20-23/8/2014	Belo Horizonte (MG) e Cuiabá (MT)
3-6/9/2014	Recife (PE) e Goiânia (GO)

17-20/9/2014	Interior do RS (1ª) e Interior do PR (1ª)
1-4/10/2014	Região Metropolitana de SP/ Região Metropolitana RJ
15-18/10/2014	Interior de Minas Gerais (1ª) e Interior do Rio de Janeiro
29/10 a 1/11/2014	Interior de São Paulo e Interior do PR (2ª)
11-14/11/2014	Interior do RS (2ª) e Interior de Minas Gerais (2ª)
26-29/11/2014	Brasília/DF

#### **Oficinas da 4ª Etapa: Formação continuada de facilitadores**

<b>1º encontro</b>
3-6/3/2015
<b>2º encontro</b>
10-13/3/2015
<b>3º encontro</b>
12-15/5/2015
<b>4º encontro</b>
26-29/5/2015

### **8. CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

8.1 Os serviços objeto deste Projeto Básico somente serão realizados pela instituição CONTRATADA, mediante solicitação do CONTRATANTE, através de Ordens de Serviços, assinadas pelo gestor do contrato ou por outro representante do MinC, especialmente designado pelo Ministro, respeitando-se os prazos definidos no item 9.

8.2 O faturamento dos serviços será efetuado pela CONTRATANTE somente após a execução dos mesmos, nos termos de cada Ordem de Serviço emitida.

### **9. PRAZOS PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO**

PRODUTO	MARCO DE MONITORAMENTO	PRAZO
1.Plano de trabalho	Entrega intermediária para validação do Produto 1	Até 8 dias após a assinatura do contrato
	Produto 1 validado	Até 10 dias após a assinatura do contrato
2. Customização do ambiente virtual de EAD	Início do trabalho	15 dias após a assinatura do contrato

	Entrega intermediária para revisão e validação	25 dias após a assinatura do contrato
	Produto 2 validado	Até 30 dias após a assinatura do contrato
3. Desenvolvimento e adaptação para o ambiente online dos conteúdos didáticos da 1ª e 2ª etapas	Início do trabalho	15 dias após a assinatura do contrato
	Entrega intermediária do conteúdo da etapa preparatória para validação	40 dias após a assinatura do contrato
	Conteúdo validado inserido no ambiente online	Até 60 dias após a assinatura do contrato
	Inserção da primeira etapa no ambiente online validada	Até 100 dias após a assinatura do contrato
	Entrega intermediária do conteúdo “gestão de empreendimentos criativos” para validação	Até 120 dias após a assinatura do contrato
	Conteúdo validado inserido no ambiente online	Até 140 dias após a assinatura do contrato
	Inserção validada	Até 170 dias após a assinatura do contrato
	Entrega intermediária do conteúdo “elaboração e gestão de projetos culturais” para validação	Até 140 dias após a assinatura do contrato
	Conteúdo validado inserido no ambiente online	Até 160 dias após a assinatura do contrato
	Inserção validada	Até 180 dias após a assinatura do

		contrato
4. Material didático das oficinas (desenvolvimento e impressão)	Início do trabalho	Até 180 dias após a assinatura do contrato
	Entrega para revisão e validação	Até 270 dias após a assinatura do contrato
	Entrega do Produto 4	Até 300 dias após a assinatura do contrato
5. Curso de introdução em EAD aplicado para 19 pólos	Início do trabalho	Até 100 dias após a assinatura do contrato
	Entrega pólo 1	Até 100 dias após a assinatura do contrato
	Entrega pólo 2	Até 100 dias após a assinatura do contrato
	Entrega pólo 3	Até 100 dias após a assinatura do contrato
	Entrega pólo 4	Até 100 dias após a assinatura do contrato
	Entrega pólo 5	Até 100 dias após a assinatura do contrato
	Entrega pólo 6	Até 100 dias após a assinatura do contrato
	Entrega pólo 7	Até 100 dias após a assinatura do contrato
	Entrega pólo 8	Até 100 dias após a assinatura do contrato

	Entrega pólo 9	Até 100 dias após a assinatura do contrato
	Entrega pólo 10	Até 100 dias após a assinatura do contrato
	Entrega pólo 11	Até 100 dias após a assinatura do contrato
	Entrega pólo 12	Até 100 dias após a assinatura do contrato
	Entrega pólo 13	Até 100 dias após a assinatura do contrato
	Entrega pólo 14	Até 100 dias após a assinatura do contrato
	Entrega pólo 15	Até 100 dias após a assinatura do contrato
	Entrega pólo 16	Até 100 dias após a assinatura do contrato
	Entrega pólo 17	Até 100 dias após a assinatura do contrato
	Entrega pólo 18	Até 100 dias após a assinatura do contrato
	Entrega polo 19	Até 100 dias após a assinatura do contrato
6. Oficina de alinhamento para os docentes das oficinas presenciais	Realização da oficina	Entre 300 e 320 dias após a assinatura do contrato
7. Oficinas presenciais realizadas	Início do trabalho	Até 360 dias após a assinatura do contrato
	Entrega oficinas 1 e 2	Até 390 dias

		após a assinatura do contrato
	Entrega oficinas 2, 3, 4 e 5	Até 420 dias após a assinatura do contrato
	Entrega oficinas 6, 7, 8 e 9	Até 450 dias após a assinatura do contrato
	Entrega oficinas 10, 11, 12, 13, 14 e 15	Até 480 dias após a assinatura do contrato
	Entrega oficinas 16, 17, 18 e 19	Até 510 dias após a assinatura do contrato
8. Oficinas de facilitadores realizadas	Início do trabalho (organização/material didático)	Até 560 dias após a assinatura do contrato
	Oficina 1	Até 620 dias após a assinatura do contrato
	Oficina 2	Até 630 dias após a assinatura do contrato
	Oficina 3	Até 680 dias após a assinatura do contrato
	Oficina 4	Até 690 dias após a assinatura do contrato
9. Relatórios de entrega dos produtos 2 a 7	Sempre 15 dias úteis após a entrega do produto, sujeitos a correções para validação em até 10 dias após a entrega. Para as oficinas presenciais, deverão ser apresentados relatórios individuais.	

9.1 O pagamento será efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal pela contratada, após a realização dos serviços, devidamente atestadas pela contratante, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 8.666/93.

9.2 O pagamento será efetivado pelo Ministério da Cultura através de Ordem Bancária, creditada no Banco, agência e conta correntes indicados pela Contratada, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento, pela Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira, para liquidação de despesa.

9.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, provocados exclusivamente pela Administração o valor devido será acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data referida nesta Cláusula até a data do efetivo adimplemento do valor devido, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

**Onde:**

**EM** = Encargos moratórios;

**VP** = Valor da parcela a ser paga;

**N** = **Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;**

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%

9.4 Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

9.5 O valor dos encargos moratórios de que trata o subitem anterior será incluída na Nota Fiscal/Fatura seguinte ao da ocorrência.

9.6 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Ministério da Cultura.

9.7 Na ocasião do pagamento a Contratada deverá comprovar situação regular, quanto a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, INSS, FGTS e quitação de débitos trabalhistas. A comprovação poderá ser feita mediante consulta on-line no SICAF, cujo resultado impresso da "Declaração de Situação" será juntada ao processo próprio.

## **10. AUTORIZAÇÃO DE USO**

10.1 Todos os titulares de direitos autorais de obras, fonogramas, interpretações ou execuções pré-existentes utilizadas na criação dos conteúdos e produtos previstos neste Projeto Básico deverão manifestar, prévia e expressamente, sua concordância em autorizar à União, sem ônus adicional, os usos previstos e os subsequentes, dentro das finalidades a que se destinam, no âmbito desta contratação, sendo que o contratante deverá apresentar declaração de que se responsabiliza judicial e extrajudicialmente por possíveis violações de direitos autorais;

10.2 Todos os titulares de direitos autorais de obras, fonogramas, interpretações ou execuções criadas especificamente em razão do objeto do contrato previsto neste Projeto Básico deverão ceder sua titularidade para a União, de forma permanente e sem ônus adicional.

## **11. VIGÊNCIA, ALTERAÇÕES E REPACTUAÇÃO DO CONTRATO**

Para fiel cumprimento dos prazos de execução do objeto e as obrigações assumidas, conforme definidos nos Cronogramas de execução, o contrato vigorará por 30 meses após sua assinatura, por se tratar de prestação de serviços relacionada a metas inseridas no PPA 2011-2015 e no Plano Nacional de Cultura.

11.1 Através de Termo Aditivo os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente registrados em processo:

11.1.1 Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

11.1.2 Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

11.1.3 Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

11.1.4 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 8.666/93;

11.1.5 Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

11.1.6 Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

11.2 Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

11.3 O contrato firmado a partir deste Projeto Básico poderá ser alterado com as devidas justificativas nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

11.4 Será admitida a repactuação do contrato, visando a adequação aos novos preços de mercado, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano.

O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

11.4.1 da data limite para a apresentação das propostas constante do preâmbulo deste Edital; ou

11.4.2 da data do orçamento a que a proposta se referir, ou da data da última repactuação.

A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos, de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços, observada a adequação dos preços de mercado.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

12.1 Constituem obrigações da Contratada:

12.1.1 Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução dos serviços, prezando por sua excelência, na forma do que dispõe a legislação em vigor e o contrato;

12.1.2 Observar, durante a execução dos serviços contratados, o fiel cumprimento de todas as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigor, sendo a única responsável pelas infrações que venham a ser cometidas;

12.1.3 Assumir todo o ônus decorrente de ações judiciais, proveniente de danos causados pela execução do contrato, que possam vir a ser imputados ao Ministério da Cultura por terceiros;

12.1.4 Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com as exigências do contrato e seus anexos, todas as condições de habilitação e

qualificação exigidas na contratação;

12.1.5 Manter preposto responsável pela execução do contrato, aceito pelo Ministério da Cultura, durante o período da vigência do contrato, para representá-la sempre que preciso;

12.1.6 Comunicar por escrito, à Coordenação do Programa de Capacitação/MinC, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação e mudança dos detalhes por parte do Ministério da Cultura, durante a fase de planejamento da proposta.

12.1.7 Reparar todo e qualquer dano que venha a ser causado em razão da execução dos serviços objeto da contratação, suportando os prejuízos decorrentes da ação ou omissão da Contratada;

12.1.8 Assumir e responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Ministério da Cultura;

12.1.9 Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando forem vítimas seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do Ministério da Cultura;

12.1.10 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

12.1.11 Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio e/ou à imagem do Ministério da Cultura, em razão da execução do objeto do contrato;

12.1.12 Cumprir rigorosamente os prazos pactuados nas Ordens de Serviço;

12.1.13 Apresentar relatório de avaliação em até 15 dias após a realização de cada evento, que confronte os objetivos definidos e os resultados alcançados;

12.1.14 Executar qualquer serviço somente após prévia aprovação do gestor do contrato.

## 12.2 Constituem obrigações do Ministério da Cultura

12.2.1 Expedir Ordem de Serviço para cada evento objeto do contrato;

12.2.2 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes ao cumprimento do objeto do presente Termo, que venham a ser solicitados pelo preposto da Contratada;

12.2.3 Expedir, por escrito, todas as determinações e/ou comunicações dirigidas à Contratada;

12.2.4 Solicitar, em tempo hábil, a substituição ou correção dos serviços que não tenham sido considerados adequados;

12.2.5 Designar servidor(es) para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;

12.2.6 Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuados no contrato.

## 13. DAS SANÇÕES

Pelo atraso injustificado na execução dos serviços contratados, sujeitará a Contratada à multa moratória no percentual de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da parcela do objeto contratual cuja execução for postergada injustificadamente, incidindo a referida penalidade até o trigésimo dia, vez que ultrapassado este prazo será promovida a rescisão contratual.

13.1 Sem prejuízo da sanção prevista no caput, pela inexecução total ou parcial do contrato, o Ministério da Cultura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes

sanções:

13.1.1 Advertência por escrito;

13.1.2 Multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor faturado da parcela, no caso da Contratada acumular 2 (duas) advertências consecutivas, a critério da autoridade competente do Ministério da Cultura, podendo, além da multa estabelecida, decidir pela aplicação das demais penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93;

13.1.3 Suspensão temporária do direito de contratar com o Ministério da Cultura, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

13.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 14.1.3.

13.2 As sanções previstas nos itens 14.1.1, 14.1.3 e 14.1.4 poderão ser aplicadas concomitantemente com a do item 14.1.2, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

13.3 A sanção estabelecida no item 14.1.4 é de competência exclusiva da Ministra de Estado da Cultura, conforme o caso facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

13.4 As sanções previstas nos itens 14.1.3 e 14.1.4 poderão também ser aplicadas aos profissionais da Contratada que, em razão do contrato,

13.4.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;

13.4.2 Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da contratação; e

13.4.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5 O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, deverá ser recolhido no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da notificação formal do Ministério da Cultura, podendo ainda, se for o caso, ser descontado dos pagamentos devidos, da garantia prestada, ou cobrado judicialmente.

13.6 Caberá ao gestor designado pelo Contratante para acompanhar e fiscalizar a execução contratual comunicar a inobservância das cláusulas contratuais, para fins de adoção das penalidades previstas neste item.

13.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **14. INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

14.1 São motivos para a rescisão do contrato:

14.1.1 O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

14.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

14.1.3 A lentidão de seu cumprimento, levando a Administração Pública a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço ou fornecimento, nos prazos estipulados;

14.1.4 O atraso injustificado no início do serviço ou fornecimento;

14.1.5 A paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

14.1.6 A subcontratação, total ou parcial, do seu objeto, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no contrato.

14.1.7 O não atendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

14.1.8 O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do §1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

14.1.9 A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

14.1.10 A dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

14.1.11 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato;

14.1.12 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o Ministério da Cultura e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

14.1.13 A supressão, por parte da Administração, da compra, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

14.1.14 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurado à Contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

14.1.15 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviço ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

14.1.16 A não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais;

14.1.17 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada;

14.1.18 O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 9.584/99, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

14.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.3 A rescisão do contrato poderá ser:

14.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos itens 14.1.1 a 14.1.12 e 14.1.17;

14.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

14.3.3 Judicial, nos termos da legislação.

14.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.5 Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 15.1.12 e 15.1.17, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido,

tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de sua rescisão.

14.6 A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao Contratante além das sanções previstas neste instrumento.

## **15. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

O acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato e seus anexos.

15.1 A Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura designará o representante da Administração na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, responsabilizando-se por fiscalizar a execução, cabendo-lhe, ainda, a supervisão, acompanhamento e avaliação do desempenho da Contratada e recebimento dos serviços, podendo:

15.1.1 Acompanhar e avaliar os resultados alcançados pela Contratada relativamente às ações e produtos e atividades acordados no contrato, monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida;

15.1.2 Recomendar a revisão das metas, dos indicadores e do respectivo cronograma de desembolso, caso necessário;

15.1.3 Atestar o recebimento dos serviços e encaminhar os documentos de cobrança emitidos pela Contratada ao setor financeiro, em tempo hábil para liquidação das despesas nos prazos estabelecidos no contrato.

15.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

15.2.1 Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

15.2.2 Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

15.2.3 A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

15.2.4 A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

15.2.5 O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

15.3 O Ministério da Cultura e a Contratada observarão, no desempenho de suas atividades, as recomendações que por consenso sejam elaboradas para adequar o contrato às mudanças que se fizerem necessárias.

15.4 O fiscal do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento na produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no §1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

15.5 O representante da Administração deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme disposto nos §§1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

15.6 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo

culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 77 e 87 da Lei nº 8.666/93.

## **16. DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1 Com vistas à construção compartilhada dos conteúdos e da metodologia do Programa, estes serão desenvolvidos em conjunto com a Coordenação do Programa de Capacitação da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura – SEFIC/MinC e submetidos à apreciação dos parceiros (Instituto Itaú Cultural; DDI/SE/MinC e SEC/MinC);

16.2 Para efeito desta contratação todo o contato referente aos serviços prestados pela Contratada deverá ser feito, exclusivamente, com a Coordenação do Programa de Capacitação - SEFIC/MinC;

16.3 A necessidade de substituição de profissional durante a execução dos serviços deverá ser informada ao Ministério da Cultura com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias do início de sua realização, sendo o currículo do substituto enviado juntamente com o comunicado para apreciação e aceite;

16.4 Identificada necessidade, o Ministério da Cultura poderá solicitar à Contratada propostas de reestruturação do modelo proposto por esta, no caso de haver incoerência com o pactuado no presente termo, devendo esta responder dentro dos prazos fixados no item 9;

16.5 Além dos conteúdos essenciais descritos na lista preliminar do item 4, bem como daqueles adicionais porventura indicados pela Contratada, poderão ser definidos conteúdos a serem ministrados pelo Itaú Cultural, cuja carga horária será definida em momento posterior à assinatura do contrato, durante a estruturação dos módulos;

16.6 O Cronograma previsto para a realização dos encontros presenciais poderá ser revisto de acordo com as necessidades do Ministério da Cultura.

## **ANEXO I**

# **REGULAMENTO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E SELEÇÃO**

## **I – CONVOCAÇÃO**

Para execução do objeto especificado no Projeto Básico o Ministério da Cultura realizará contratação direta por dispensa de licitação, com fundamento legal no inciso XIII do art. 24, da Lei 8.666/93.

Conforme dispositivo mencionado é dispensável licitação quando da contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos, como é o caso de algumas instituições que atuam no mercado, prestando serviços a diversos órgãos públicos.

O Ministério da Cultura convocará através de ofício, no mínimo 03 instituições, cuja atividade esteja configurada na hipótese de contratação direta, voltadas à pesquisa, ensino, ou desenvolvimento institucional vinculando-se, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos:

- a) a instituição a ser contratada necessariamente será brasileira, ou seja, aquela constituída sob as leis brasileiras e com sede e administração no País, sendo, portanto, vedada a contratação, sob esse fundamento legal, com instituição estrangeira;
- b) o ato constitutivo da instituição deve estipular como objetivo a pesquisa, o ensino ou o desenvolvimento institucional, ou ainda, que a instituição seja dedicada à recuperação do preso, esta última, representa da mesma maneira que as outras hipóteses, um incentivo a tais instituições que tem por escopo promover a socialização dos apenados, que estão sob a tutela do Estado;
- c) a instituição não poderá ter fins lucrativos, assim considerada se visar à obtenção de proveito financeiro em contrapartida ao desempenho de suas atividades fins. Com isso, evita-se a possibilidade de favorecimento de uns em detrimento de outros, a chamada concorrência desleal, ser promovida pelo próprio Estado;
- d) a instituição terá necessariamente que deter reputação ético-profissional, que equivaleria ao reconhecimento, pelo mercado, de sua capacitação técnica para execução do objeto do contrato e sua idoneidade, não se confundindo com a notória especialização, mencionada na hipótese de inexigibilidade do art. 25, da Lei nº 8.666/93;
- e) existência de nexo entre a especialidade de pesquisa, ensino ou finalidade da instituição com o objeto que a Administração pretende contratar;
- f) vinculação personalíssima da instituição contratada com a execução direta do objeto do contrato, vedada a terceirização ou subcontratação; e
- g) na hipótese da finalidade de desenvolvimento institucional, este não pode ser interpretado de maneira genérica, mas, sim, de interesse público, que promova o bem estar social tutelado pelo

Estado, não se prestando ao atendimento da satisfação de apenas um grupo a ser beneficiado, isto é, deve ser indissociável do interesse público, constitucionalmente estabelecido, sob responsabilidade e dever do Estado.

No prazo e local estabelecidos as interessadas deverão protocolar, em envelopes distintos, as propostas de preços e dos documentos de habilitação que comprovem o preenchimento dos requisitos da norma e a capacidade operacional para execução do objeto.

As propostas serão analisadas, em data a ser estabelecida, por Comissão de seleção designado pelo Ministério da Cultura.

Tanto na avaliação das propostas, compondo a Comissão, quanto na avaliação de serviços executados, o Ministério poderá contar com a participação, em caráter voluntário, de servidores de outro órgão e/ou profissional de reconhecida qualificação e autoridade técnica na área cultural.

Além da avaliação do currículo dos profissionais indicados pelas instituições proponentes, durante fase de seleção, a CONTRATANTE poderá propor outras formas de avaliação da capacidade técnica dos mesmos.

## **II – PROPOSTA DE PREÇOS**

A proposta de preço deverá ser apresentada de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, dela constando razão social e o CNPJ da proponente, devendo estar rubricada em todas as folhas, exceto a última da qual constará data e a assinatura do seu representante legal.

A proposta deverá conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando, quando for o caso:

a) os preços unitários, o valor mensal e o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, discriminado em algarismos arábicos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, este último;

b) Orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos e formação dos preços ofertados, decorrentes da execução contratual, e detalhamento da execução físico-financeira, demonstrando, por meio de cronograma, as etapas e prazos de realização dos serviços e de parcelas para desembolso dos recursos.

b.1) o cronograma sugerido será avaliado pela Comissão, que manifestará quanto à viabilidade de sua execução, podendo propor alterações e adequações, considerando as regras gerais de prestação dos serviços.

c) a indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO;

d) Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento;

Na proposta deverão constar ainda:

a) Declaração de responsabilidade quanto à disponibilização durante a vigência do contrato, da estrutura operacional que lhe compete (aparelhamento, instalações básicas, materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, etc.) com qualidade, e de pessoal devidamente qualificado em quantidade suficiente para cumprimento das obrigações, sem qualquer ônus adicional para o Ministério da Cultura.

b) Declaração de que no preço global proposto estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais, frete, seguros de materiais, transporte, hospedagem, diárias de seus profissionais técnicos disponibilizados para execução do objeto constituindo, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita prestação e entrega dos serviços, de modo que nenhuma outra remuneração será devida pela execução total do objeto;

c) renúncia expressa a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o Ministério da Cultura, haja vista que a inadimplência da futura CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos nas condições anteriores, não transferem a responsabilidade por seu pagamento ao futuro CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto contratado.

Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório encaminhado à proponente não tenha estabelecido limites mínimos, salvo nas hipóteses previstas no § 3º do art. 44 da Lei nº 8.666/1993.

Em nenhuma hipótese será aceita qualquer solicitação de retificação após a abertura das propostas, seja a que título for. A proposta deve ser elaborada com clareza e exatidão e mantida durante o prazo de validade, ficando, desde já, cientes as proponentes de que eventuais erros de cálculos devem ser assumidos pelas mesmas e considerados como riscos naturais do negócio.

A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita execução do objeto desta contratação será interpretada como não existente ou inclusa nos preços, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

Se contratada, a proponente deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Contenham vícios ou ilegalidades;
- b) Apresentem preços excessivos em relação ao mercado fornecedor;
- c) Apresentem preços que sejam manifestamente inexequíveis;
- d) Não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e à estrutura técnico-operacional para a produtividade exigida.

### III - DA HABILITAÇÃO

A habilitação far-se-á mediante a apresentação de documentação inerente à habilitação jurídica, qualificação técnica e de regularidade fiscal, a saber:

a) Estatuto social, ou regulamento institucional, registrado no cartório competente e suas alterações;

b) Comprovante de quitação com o INSS, FGTS e Fazenda Federal;

c) Plano de trabalho simplificado que contemple o objeto, uma descrição em linhas gerais de como o serviço será executado e de sua capacidade técnico operacional fazendo a descrição de mecanismos, recursos técnicos e operacionais mais relevantes de que dispõe para garantir o atendimento das demandas, tais como:

I- Relação atualizada das instalações físicas, especificando sua natureza, se próprias, cedidas ou alugadas, dos equipamentos, unidades móveis, mobiliário, pessoal técnico especializado adequado e disponível para a realização do objeto da contratação;

II- Histórico da entidade, principais atividades realizadas, contendo relação do corpo técnico;

d) Comprovação de possuir em seu quadro permanente responsável técnico que, por meio de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, possa comprovar ter executado serviço de características semelhantes ao objeto, atuando na Coordenação Pedagógica.

e) Apresentação do currículo do profissional que atuará na função de Coordenador Pedagógico, bem como dos profissionais que serão disponibilizados pela instituição atuar nos encontros presenciais;

f) Comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando a experiência (descrever o(s) critério(s) de maior relevância a ser comprovado), mediante a prestação serviços técnicos profissionais especializados de consultoria e capacitação.

Da documentação deverá constar ainda:

a) declaração assinada, firmando ciência da instituição no que tange às condições estabelecidas no Projeto Básico, bem como de que a apresentação dos documentos não significa que a instituição será contratada;

b) Declaração de Fatos Impeditivos

A: ..... inscrita no CNPJ/MF nº .....  
....., sediada à Rua ....., nº ....., Bairro:

....., cidade de ....., declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem Fatos Impeditivos e Supervenientes para sua Habilitação na celebração de contrato de prestação de serviços com a Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

c) Declaração que não emprega menor de 16 anos

A: ..... inscrita no CNPJ/MF nº .....  
....., sediada à Rua ....., nº ....., Bairro: .....  
....., cidade de ....., declara, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro de funcionários, menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII da C.F. e Lei nº 9.854, de 27.10.99, publicada no D.O.U. de 28.10.99.

**ANEXO II**  
Modelo de Ordem de Serviço



**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura  
Diretoria de Gestão de Mecanismos de Financiamento

**ORDEM DE SERVIÇO Nº xx/2013**

*Brasília, XX de XX de 2013.*

Ao Senhor

**Assunto:** Execução dos serviços previstos para os Produtos XX e YY, descritos na Cláusula W do Contrato Nº xx/2013

Senhor,

1. A presente Ordem de Serviço refere-se à execução dos serviços técnicos de consultoria da *Empresa Contratada* para a implementação do modelo de capacitação continuada e desenvolvimento de competências profissionais empreendedoras na área da cultura, no âmbito do Programa de Capacitação em Projetos Culturais. Este tem como objeto capacitar gestores públicos e privados da área da cultura, por meio de cursos a distância e presenciais.

2. Nesse sentido, a presente OS destina-se à solicitação da execução final dos PRODUTOS XX e YY.

Atenciosamente,

**XXXX**  
Diretor de Gestão e Avaliação  
de Mecanismos de Financiamento

**XXXX**  
Fiscal do Contrato Nº XX/2013  
(Portaria nº XX de XXX)

**ANEXO - Ordem de Serviço nº XX do Contrato XX/2013**

IDENTIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	ORDEM DOS ITENS	ETAPA/FASES	DETALHAMENTO	QUANT. DE UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR
Produto XX	Descrição produto XX	01					
		02					
		03					
		04					
Produto YY	Descrição produto YY	05					
		06					
TOTAL GERAL PARA O PAGAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PRODUTOS XX E YY.							R\$ XXX,XX

